



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2014, registramos a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 20 milhões, conforme

Ata da Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2014.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,2 milhões, correspondente a R\$ 602,01 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 426,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 836,4 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	494.571	574.024	CIRCULANTE	410.130	344.696
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2.972	1.116	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	2.463	2.613
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	319.879	408.805	Carteira Própria (Nota 14).....	2.463	2.613
Aplicações no Mercado Aberto.....	319.879	408.805	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	407.667	342.083
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias (Nota 17c).....	20.275	197
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	3.697	69.956	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	1.213	8.387
Carteira Própria.....	3.697	791	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	378.149	325.847
Vinculados à Prestação de Garantias.....	-	69.165	Diversas (Nota 16b).....	8.030	7.652
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	4	-			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários.....	6	12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	426.292	338.386
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2)	(12)	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS.....	165.886	92.884	- De Domiciliados no País (Nota 17a e b).....	263.000	163.000
Rendas a Receber (Nota 9a).....	190	179	Reservas de Lucros (Nota 17c).....	163.478	175.324
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	160.555	83.054	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(186)	62
Diversos (Nota 9b).....	5.261	9.758			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(120)	(107)			
OUTROS VALORES E BENS.....	2.133	1.263			
Despesas Antecipadas (Nota 10).....	2.133	1.263			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	327.594	100.193			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	294.508	87.853			
Carteira Própria.....	222.771	32.529			
Vinculados a Operações Compromissadas.....	2.472	2.629			
Vinculados à Prestação de Garantias.....	69.265	52.695			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	15.847	9.984			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários.....	15.925	10.033			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(78)	(49)			
OUTROS CRÉDITOS.....	17.239	2.356			
Diversos (Nota 9b).....	17.239	2.356			
PERMANENTE	14.257	8.865			
INVESTIMENTOS (Nota 11).....	2.619	2.540			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	1.712	1.633			
Outros Investimentos.....	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12).....	6.142	2.148			
Outras Imobilizações de Uso.....	14.993	10.011			
Depreciação Acumulada.....	(8.851)	(7.863)			
INTANGÍVEL (Nota 13).....	5.496	4.177			
Ativos Intangíveis.....	9.833	6.778			
Amortização Acumulada.....	(4.337)	(2.601)			
TOTAL	836.422	683.082	TOTAL	836.422	683.082

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.105	67.623	53.406
Operações de Crédito.....	4.392	7.527	5.671
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	31.721	60.106	47.749
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b).....	(8)	(10)	(14)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	243	503	330
Operações de Captações no Mercado (Nota 14).....	130	277	95
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f).....	113	226	235
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.862	67.120	53.076
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(51.503)	(62.273)	(19.452)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18).....	31.614	62.052	63.341
Despesas de Pessoal (Nota 19).....	(8.840)	(19.329)	(21.034)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20).....	(30.064)	(58.419)	(56.844)
Despesas Tributárias (Nota 21).....	(5.379)	(7.555)	(4.550)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a).....	47	80	15
Outras Receitas Operacionais (Nota 22).....	480	965	569
Outras Despesas Operacionais (Nota 23).....	(39.361)	(40.067)	(949)
RESULTADO OPERACIONAL	(15.641)	4.847	33.624
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4	40	348
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO/(PREJUÍZO)	(15.637)	4.887	33.972
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25a e b)	11.555	3.345	(13.259)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(4.082)	8.232	20.713
Número de ações (Nota 17a).....	13.674.157	13.674.157	10.465.021
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	(298,52)	602,01	1.979,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(15.637)	4.887	33.972
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.914	3.625	2.521
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(47)	(80)	(15)
Depreciações e Amortizações.....	1.537	2.727	2.156
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	113	226	235
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	311	751	395
Ganho na Venda de Bens Não de Uso Próprio.....	-	-	(240)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado.....	-	1	(10)
Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado antes dos Impostos	(13.723)	8.512	36.493
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	4.939	(85.371)	131.740
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	3.547	(5.823)	(499)
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(1.213)	(150)	2.613
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(59.657)	55.734	(266.832)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(560)	(11.287)	(13.790)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	(66.667)	(38.385)	(110.275)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento em Títulos Disponível para Venda.....	(157.261)	(140.644)	(35.065)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(4.575)	(4.985)	(411)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	-	19
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	-	-	285
Aquisição de Intangível.....	(1.280)	(3.056)	(2.597)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(163.116)	(148.685)	(37.769)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	-	(210)
Aumento de Capital em Dinheiro.....	100.000	100.000	-
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	100.000	100.000	(210)
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(129.783)	(87.070)	(148.254)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	452.634	409.921	558.175
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	322.851	322.851	409.921
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(129.783)	(87.070)	(148.254)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2014	163.000	2.759	164.762	23	-	330.544
Aumento de Capital em Espécie.....	100.000	-	-	-	-	100.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(209)	-	(209)
Reversão dos Dividendos Propostos no 1º Semestre de 2014.....	-	-	39	-	-	39
Prejuízo.....	-	-	-	-	(4.082)	(4.082)
Destinações: - Reservas.....	-	(204)	(3.878)	-	4.082	-
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923	(186)	-	426.292
Saldos em 31.12.2012	149.000	13.204	155.604	115	-	317.923
Aumento de Capital com Reservas.....	14.000	(12.097)	(1.903)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	20.713	20.713
Destinações: - Reservas.....	-	1.036	19.480	-	(20.516)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(197)	(197)
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386
Aumento de Capital em Espécie.....	100.000	-	-	-	-	100.000
Dividendos Declarados.....	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(248)	-	(248)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	8.232	8.232
Destinações: - Reservas.....	-	412	7.742	-	(8.154)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(78)	(78)
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923	(186)	-	426.292

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	%	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	28.729	1.490,1	90.387	235,8	116.480	177,8
1.1) Intermediação Financeira.....	36.105	1.872,7	67.623	176,4	53.406	81,5
1.2) Prestação de Serviços.....	31.614	1.639,7	62.052	161,9	63.341	96,7
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(113)	(5,9)	(226)	(0,6)	(235)	(0,4)
1.4) Outras.....	(38.877)	(2.016,4)	(39.062)	(101,9)	(32)	-
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(130)	(6,7)	(277)	(0,7)	(95)	(0,1)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(25.181)	(1.306,1)	(49.133)	(128,2)	(48.729)	(74,4)
Serviços de Terceiros.....	(220)	(11,4)	(505)	(1,3)	(576)	(0,9)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.211)	(62,8)	(2.075)	(5,4)	(2.257)	(3,4)
Materiais, Água, Energia e Gás.....	(425)	(22,1)	(940)	(2,5)	(967)	(1,5)
Serviços Técnicos Especializados.....	(2.096)	(108,7)	(3.186)	(8,3)	(3.960)	(6,0)
Processamento de Dados.....	(4.988)	(258,7)	(10.457)	(27,3)	(11.236)	(17,2)
Comunicação.....	(2.408)	(124,9)	(4.575)	(11,9)	(5.681)	(8,7)
Transporte.....	(41)	(2,1)	(77)	(0,2)	(67)	(0,1)
Viagens.....	(121)	(6,3)	(249)	(0,7)	(223)	(0,3)
Manutenção e Conservação de Bens.....	(252)	(13,1)	(489)	(1,3)	(556)	(0,8)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(13.099)	(679,4)	(25.926)	(67,6)	(22.623)	(34,6)
Outros.....	(320)	(16,6)	(654)	(1,7)	(583)	(0,9)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	3.418	177,3	40.977	106,9	67.656	103,3
5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(1.537)	(79,7)	(2.727)	(7,1)	(2.156)	(3,3)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.881	97,6	38.250	99,8	65.500	100,0
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47	2,4	80	0,2	15	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	47	2,4	80	0,2	15	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.928	100,0	38.330	100,0	65.515	100,0
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	1.928	100,0	38.330	100,0	65.515	100,0
9.1) Pessoal	7.709	399,8	17.087	44,6	18.585	28,3
Proventos.....	4.823	250,1	9.693	25,3	10.307	15,7
Benefícios.....	1.623	84,2	3.180	8,3	3.337	5,1
FGTS.....	380	19,7	804	2,1	933	1,4
Outros.....	883	45,8	3.410	8,9	4.008	6,1
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(5.045)	(261,7)	6.452	16,8	20.258	31,0
Federais.....	(5.754)	(298,5)	5.060	13,2	18.842	28,8
Municipais.....	709	36,8	1.392	3,6	1.416	2,2
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	3.346	173,6	6.559	17,1	5.959	9,1
Aluguéis.....	2.899	150,4	5.741	15,0	5.257	8,0
Arrendamento de Bens.....	447	23,2	818	2,1	702	1,1
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	(4.082)	(211,7)	8.232	21,5	20.713	31,6
Dividendos.....	-	-	78	0,2	197	0,3
Lucros Retidos/(Prejuízo) Absorvido.....	(4.082)	(211,7)	8.154	21,3	20.516	31,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de

aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente ba-

seados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos (heridos) correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m) Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

continua...

...continuação

**Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
 - Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata dia*).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	2.972	1.116
Total de disponibilidades (caixa).....	2.972	1.116
Aplicações no mercado aberto (1).....	319.879	408.805
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	322.851	409.921

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Vencimentos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 90 dias	Total
	2014	2013
Aplicação no mercado aberto:		
Posição bancada.....	319.879	319.879
Letras do tesouro nacional.....	319.879	319.879
Total em 2014.....	319.879	319.879
Total em 2013.....	408.805	408.805

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de aplicações em operações comprometidas:		
Posição bancada.....	42.302	37.311
Total (Nota 6b).....	42.302	37.311

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Classificação por categorias e prazos**

	2014					2013				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	
Títulos (1)										
Títulos disponíveis para venda										
Ações.....	70	-	-	-	70	96	(26)	58	(38)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	33	-	293.941	293.974	294.252	(278)	152.339	142	
Letras do tesouro nacional.....	59	-	-	446	505	517	(12)	192	(1)	
Notas do tesouro nacional.....	-	201	-	121	322	316	6	256	1	
Certificados de depósito bancário.....	-	-	3.334	-	3.334	3.334	-	4.964	-	
Total em 2014.....	129	234	3.334	294.508	298.205	298.515	(310)	157.809	104	
Total em 2013.....	58	20.591	49.307	87.853						

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ (186) mil (2013 - R\$ 62 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	42.302	37.311
Títulos de renda fixa.....	18.077	10.709
Títulos de renda variável.....	(273)	(271)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(10)	(14)
Total.....	60.096	47.735

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**a) Modalidades e prazos**

	Curso anormal									
	Parcelas vencidas					Total (A)				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2014	%	2013	%	
Operações de crédito										
Financiamentos.....	-	4	-	-	2	6	14,6	12	29,3	
Outros créditos (1).....	1	1	-	12	21	35	85,4	29	70,7	
Total em 2014.....	1	5	-	12	23	41	100,0	41	100,0	
Total em 2013.....	2	2	-	17	20			41	100,0	

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

	Curso normal							
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Total (B)		Total geral (A+B)			
	2014	%	2013	%	2014	%	2013	%
Operações de crédito								
Financiamentos.....	-	15.925	15.925	100,0	10.033	100,0	15.931	99,8
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	35	0,2
Total em 2014.....	-	15.925	15.925	100,0	-	-	15.966	100,0
Total em 2013.....	-	10.033	-	-	10.033	100,0	10.074	100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

	Nível de risco									
	2014					2013				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações de crédito										
Financiamentos.....	332	15.593	-	4	-	-	-	-	2	15.931
Outros créditos (1).....	-	-	1	-	-	1	5	7	21	35
Total em 2014.....	332	15.593	1	4	-	1	5	7	23	15.966
%.....	2,1	97,7	-	-	-	-	-	-	0,2	100,0
Total em 2013.....	326	9.707	2	2	-	6	11	-	20	10.074
%.....	3,2	96,4	-	-	-	0,1	0,1	-	0,2	100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor.....	5.627	35,2	3.035	30,1
Dez maiores devedores.....	11.337	71,0	6.175	61,3
Vinte maiores devedores.....	12.404	77,7	7.157	71,0
Cinquenta maiores devedores.....	13.969	87,5	8.449	83,9
Cem maiores devedores.....	15.110	94,6	9.449	93,8

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Indústria.....	1	-	-	-
Comércio.....	47	0,3	84	0,8
Serviços.....	5.648	35,4	45	0,5
Pessoa física.....	10.270	64,3	9.945	98,7
Total.....	15.966	100,0	10.074	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso		Total	%	Provisão requerida		2014	2013	
	Normal	Anormal			Genérica	Específica			
Níveis de risco									
AA.....	332	-	332	2,1	-	-	-	-	
A.....	15.593	-	15.593	97,7	78	-	78	49	
B.....	-	1	1	-	-	-	-	-	
C.....	-	4	4	-	-	-	-	-	
Subtotal.....	15.925	5	15.930	99,8	78	-	78	49	

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão requerida		Provisão		Percentual mínimo requerido
	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2014	2013	
							2014	2013	
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00
E.....	-	1	1	-	-	-	-	2	30,00
F.....	-	5	5	-	-	3	3	5	50,00
G.....	-	7	7	-	-	5	5	5	70,00
H.....	-	23	23	0,2	-	23	23	21	100,00
Subtotal.....	-	36	36	0,2	-	31	31	28	
Total em 2014.....	15.925	41	15.966	-	78	31	109		
%.....	99,8	0,2		100,00	71,6	28,4	100,00		
Total em 2013.....	10.033	41	10.074	-	49	28		77	
%.....	99,6	0,4		100,00	63,6	36,4		100,00	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Saldo inicial.....	77	235
Constituição de provisão.....	226	235
Baixas para prejuízo.....	(194)	(393)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....	109	77
Provisão específica (1).....	31	28
Provisão genérica (2).....	78	49
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....	200	168
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3).....	190	403

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Lucro líquido ajustado		Quantidade de cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	%	2014	2013	2014	2013	
	Ágora Educacional Ltda.	1.574	1.712	80	1.574	99,999936	1.712	1.633	80	15				

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos referem-se basicamente a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA no montante de R\$ 898 mil (2013 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Custo líquido de depreciação	2014	2013		
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	4.531	(3.961)	570	739
- Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.227	(953)	274	360
- Sistema de processamento de dados.....	20%	9.235	(3.937)	5.298	1.049
Total em 2014.....		14.993	(8.851)	6.142	
Total em 2013.....		10.011	(7.863)	2.148	

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por software e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 5.496 mil (2013 - R\$ 4.177 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 4.337 mil (2013 - R\$ 2.601 mil).

14) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2014	2013
Carteira livre movimentação - títulos públicos.....	2.463	2.463	2.613
Total em 2014.....	2.463	2.463	
Total em 2013.....	2.613		2.613

Despesas com operações de captações no mercado

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Captações no mercado aberto.....	277	95
Total.....	277	95

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2014	2013	2014	2013
Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....	108.491	82.963	338.391	272.655
Caixa de registro e liquidação.....	51.973	-	38.287	51.620
Comissões e corretagens a pagar.....	-	-	1.379	1.498
Outros créditos/ obrigações por negociação e intermediação de valores.....	91	91	92	74
Total.....	160.555	83.054	378.149	325.847

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração.....	98	100
Comissões e corretagens.....	91	79
Dividendos a receber.....	1	-
Total.....	190	179

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósito em garantia....	9.458	3.977
Créditos tributários (Nota 25c).....	6.943	3.039
Impostos e contribuições a compensar.....	6.012	2.164
Títulos e créditos a receber.....	35	29
Adiantamentos e antecipações salariais.....	28	46
Devedores diversos.....	24	2.829
Outros.....	-	30
Total.....	22.500	12.114

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
No início do exercício de 2014.....	781	-	28
Constituições líquidas de reversões e baixas Atualização monetária.....	43	724	(28)
Pagamentos.....	(276)	-	-
No final do exercício de 2014 (Nota 16).....	548	736	-

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013, o principal processo com esta classificação refere-se ao PIS e COFINS, que deixaram de ser recolhidos com base em decisão final favorável obtida na AO 2005.51.01.011843-0, porém exigidos pela RFB sob alegação de que as receitas financeiras compõem a base de cálculo dessas contribuições. Nos meses de julho e novembro de 2014, a Instituição aderiu à processos de anistia, conforme artigo 93º da Lei nº 12.973/14, que reabriu o prazo para pagamentos e parcelamentos de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13, relativos à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, cujo impacto líquido no resultado, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 37.630 mil, registrado em outras despesas operacionais.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições a recolher.....	1.088	785
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c).....	125	42
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	-	7.532
Provisões para riscos fiscais (Nota 15b - IV).....	-	28
Total.....	1.213	8.387

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para pagamentos a efetuar....	1.870	1.929
Provisões cíveis (Nota 15b - IV).....	736	-
Provisões trabalhistas (Nota 15b - IV)....	548	781
Outras (1).....	4.876	4.942
Total.....	8.030	7.652

(1) Refere-se à participação de empregados nos lucros.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 263.000 mil (2013 - R\$ 163.000 mil) é representado por 13.674.157 (2013 - 10.465.021) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013.....	10.465.021	163.000
Aumento de capital - AGE de 28.11.2014 (1).....	3.209.136	100.000
Em 31 de dezembro de 2014.....	13.674.157	263.000

(1) Em 1º de dezembro de 2014, foi homologada pelo BACEN, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.11.2014, deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 100.000 mil, elevando-o de R\$ 163.000 mil para R\$ 263.000 mil, mediante a emissão de 3.209.136 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros.....	163.478	175.324
- Reserva legal (1).....	2.555	2.143
- Reserva estatutária (2) (3).....	160.923	173.181

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e
(3) Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 30 de abril de 2014, deliberou-se provisionar dividendos no montante de R\$ 20.000 mil, com a utilização de parte do saldo da rubrica "Reservas de Lucros - Estatutária", cujo pagamento será realizado até 31.12.2015.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	8.232	20.713
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(412)	(1.036)
Base de cálculo.....	7.820	19.677
Dividendos propostos.....	78	197
Percentual em relação à base de cálculo.....	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	5,70	18,82

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de corretagens de operações em bolsas.....	49.649	51.684
Comissão de intermediação de ações....	6.143	5.548
Rendas de serviços de custódia.....	4.488	3.921
Taxa de administração.....	1.613	1.526
Comissões de colocação de títulos.....	159	662
Total.....	62.052	63.341

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Proventos.....	9.693	10.307
Participação dos empregados nos		
lucros.....	3.295	3.431
Benefícios.....	3.180	3.337
Encargos sociais.....	3.045	3.382
Treinamentos.....	72	-
Provisões trabalhistas.....	43	-
Outras.....	1	577
Total.....	19.329	21.034

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Serviços do sistema financeiro.....	25.926	22.623
Processamento de dados.....	10.457	11.236
Aluguéis.....	5.741	5.257
Comunicação.....	4.575	5.681
Serviços técnicos especializados.....	3.186	3.960
Depreciações e amortizações.....	2.727	2.156
Propaganda, promoções e publicidade.....	2.075	2.257
Materiais, água, energia e gás.....	940	967
Arrendamento de bens.....	818	702
Serviços de terceiros.....	505	576
Manutenção e conservação de bens.....	489	556
Viagens.....	249	223
Transporte.....	77	67
Outras.....	654	583
Total.....	58.419	56.844

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Contribuição à COFINS.....	5.179	2.534
Imposto sobre Serviços de Qualquer		
Natureza - ISSQN.....	1.391	1.416
Contribuição ao PIS.....	842	411
Outras.....	143	189
Total.....	7.555	4.550

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Variações monetárias ativas.....	742	171
Multas.....	96	370
Reversão de outras provisões		
operacionais.....	45	25
Outras.....	82	3
Total.....	965	569

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Tributos anistiados (1).....	37.630	-
Doações e patrocínios.....	1.000	305
Provisões cíveis.....	736	-
Outros (2).....	701	644
Total.....	40.067	949

(1) Refere-se ao principal, multa e juros de débitos, quitados através da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13 e prorrogado pelas Leis nºs 12.973/14 e 13.043/14; e
(2) Refere-se, basicamente, R\$ 673 mil (2013 - R\$ 639 mil) a perdas com clientes.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	2.077	677	-	-
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	319.879	408.805	42.302	37.311
Títulos e valores mobiliários:				
Banco Bradesco S.A.	3.334	-	371	-
Dividendos:				
Banco Bradesco				
BBI S.A.	(20.275)	(197)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2013 - R\$ 25 mil) para remuneração dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	4.887	33.972
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(1.955)	(13.589)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	32	6
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	5.568	(227)
Outros valores.....	(300)	551
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	3.345	(13.259)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(434)	(13.782)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	186	523
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social....	1.347	-
Prejuízo fiscal.....	2.246	-
Total dos impostos diferidos.....	3.779	523
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	3.345	(13.259)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	750	105	93	762
Provisões cíveis.....	-	294	-	294
Provisões trabalhistas.....	312	17	110	219
Outros valores.....	1.977	1.325	1.352	1.950
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	3.039	1.741	1.555	3.225
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	-	3.593	-	3.593
Subtotal.....	3.039	5.334	1.555	6.818
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	125	-	125
Total dos créditos tributários (Nota 9b) ..	3.039	5.459	1.555	6.943
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a) ...	42	125	42	125
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	2.997	5.334	1.513	6.818

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2015....	469	282	2.246	1.347	4.344
2016....	672	403	-	-	1.075
2017....	672	403	-	-	1.075
2018....	203	121	-	-	324
Total....	2.016	1.209	2.246	1.347	6.818

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 6.545 mil (2013 - R\$ 2.844 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 125 mil (2013 - R\$ 42 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em 2014, registramos a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 20 milhões, conforme

Ata da Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2014.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,2 milhões, correspondente a R\$ 602,01 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 426,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 836,4 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	494.571	574.024	CIRCULANTE	410.130	344.696
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2.972	1.116	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	2.463	2.613
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	319.879	408.805	Carteira Própria (Nota 14).....	2.463	2.613
Aplicações no Mercado Aberto.....	319.879	408.805	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	407.667	342.083
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias (Nota 17c).....	20.275	197
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	3.697	69.956	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	1.213	8.387
Carteira Própria.....	3.697	791	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	378.149	325.847
Vinculados à Prestação de Garantias.....	-	69.165	Diversas (Nota 16b).....	8.030	7.652
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	4	-			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários.....	6	12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	426.292	338.386
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2)	(12)	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS.....	165.886	92.884	- De Domiciliados no País (Nota 17a e b).....	263.000	163.000
Rendas a Receber (Nota 9a).....	190	179	Reservas de Lucros (Nota 17c).....	163.478	175.324
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	160.555	83.054	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(186)	62
Diversos (Nota 9b).....	5.261	9.758			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(120)	(107)			
OUTROS VALORES E BENS.....	2.133	1.263			
Despesas Antecipadas (Nota 10).....	2.133	1.263			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	327.594	100.193			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a).....	294.508	87.853			
Carteira Própria.....	222.771	32.529			
Vinculados a Operações Compromissadas.....	2.472	2.629			
Vinculados à Prestação de Garantias.....	69.265	52.695			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	15.847	9.984			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários.....	15.925	10.033			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(78)	(49)			
OUTROS CRÉDITOS.....	17.239	2.356			
Diversos (Nota 9b).....	17.239	2.356			
PERMANENTE	14.257	8.865			
INVESTIMENTOS (Nota 11).....	2.619	2.540			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	1.712	1.633			
Outros Investimentos.....	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12).....	6.142	2.148			
Outras Imobilizações de Uso.....	14.993	10.011			
Depreciação Acumulada.....	(8.851)	(7.863)			
INTANGÍVEL (Nota 13).....	5.496	4.177			
Ativos Intangíveis.....	9.833	6.778			
Amortização Acumulada.....	(4.337)	(2.601)			
TOTAL	836.422	683.082	TOTAL	836.422	683.082

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.105	67.623	53.406
Operações de Crédito.....	4.392	7.527	5.671
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	31.721	60.106	47.749
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b).....	(8)	(10)	(14)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	243	503	330
Operações de Captações no Mercado (Nota 14).....	130	277	95
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f).....	113	226	235
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.862	67.120	53.076
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(51.503)	(62.273)	(19.452)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18).....	31.614	62.052	63.341
Despesas de Pessoal (Nota 19).....	(8.840)	(19.329)	(21.034)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20).....	(30.064)	(58.419)	(56.844)
Despesas Tributárias (Nota 21).....	(5.379)	(7.555)	(4.550)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a).....	47	80	15
Outras Receitas Operacionais (Nota 22).....	480	965	569
Outras Despesas Operacionais (Nota 23).....	(39.361)	(40.067)	(949)
RESULTADO OPERACIONAL	(15.641)	4.847	33.624
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4	40	348
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO/(PREJUÍZO)	(15.637)	4.887	33.972
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25a e b).....	11.555	3.345	(13.259)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(4.082)	8.232	20.713
Número de ações (Nota 17a).....	13.674.157	13.674.157	10.465.021
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	(298,52)	602,01	1.979,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2014	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.637)	4.887	33.972
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.914	3.625	2.521
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(47)	(80)	(15)
Depreciações e Amortizações.....	1.537	2.727	2.156
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	113	226	235
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais... ..	311	751	395
Ganho na Venda de Bens Não de Uso Próprio.....	-	-	(240)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado.....	-	1	(10)
Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado antes dos Impostos	(13.723)	8.512	36.493
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	4.939	(85.371)	131.740
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	3.547	(5.823)	(499)
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto....	(1.213)	(150)	2.613
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(59.657)	55.734	(266.832)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(560)	(11.287)	(13.790)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	(66.667)	(38.385)	(110.275)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento em Títulos Disponível para Venda.....	(157.261)	(140.644)	(35.065)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(4.575)	(4.985)	(411)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	-	19
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	-	-	285
Aquisição de Intangível.....	(1.280)	(3.056)	(2.597)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(163.116)	(148.685)	(37.769)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	-	(210)
Aumento de Capital em Dinheiro.....	100.000	100.000	-
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	100.000	100.000	(210)
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(129.783)	(87.070)	(148.254)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	452.634	409.921	558.175
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	322.851	322.851	409.921
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(129.783)	(87.070)	(148.254)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre			Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	%		2014	%	2013
1 - RECEITAS	28.729	1.490,1		90.387	235,8	116.480
1.1) Intermediação Financeira.....	36.105	1.872,7		67.623	176,4	53.406
1.2) Prestação de Serviços.....	31.614	1.639,7		62.052	161,9	63.341
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(113)	(5,9)		(226)	(0,6)	(235)
1.4) Outras.....	(38.877)	(2.016,4)		(39.062)	(101,9)	(32)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(130)	(6,7)		(277)	(0,7)	(95)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(25.181)	(1.306,1)		(49.133)	(128,2)	(48.729)
Serviços de Terceiros.....	(220)	(11,4)		(505)	(1,3)	(576)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.211)	(62,8)		(2.075)	(5,4)	(2.257)
Materiais, Água, Energia e Gás.....	(425)	(22,1)		(940)	(2,5)	(967)
Serviços Técnicos Especializados.....	(2.096)	(108,7)		(3.186)	(8,3)	(3.960)
Processamento de Dados.....	(4.988)	(258,7)		(10.457)	(27,3)	(11.236)
Comunicação.....	(2.408)	(124,9)		(4.575)	(11,9)	(5.681)
Transporte.....	(41)	(2,1)		(77)	(0,2)	(67)
Viagens.....	(121)	(6,3)		(249)	(0,7)	(223)
Manutenção e Conservação de Bens.....	(252)	(13,1)		(489)	(1,3)	(556)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(13.099)	(679,4)		(25.926)	(67,6)	(22.623)
Outros.....	(320)	(16,6)		(654)	(1,7)	(583)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	3.418	177,3		40.977	106,9	67.656
5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(1.537)	(79,7)		(2.727)	(7,1)	(2.156)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.881	97,6		38.250	99,8	65.500
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47	2,4		80	0,2	15
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	47	2,4		80	0,2	15
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.928	100,0		38.330	100,0	65.515
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	1.928	100,0		38.330	100,0	65.515
9.1) Pessoal.....	7.709	399,8		17.087	44,6	18.585
Proventos.....	4.823	250,1		9.693	25,3	10.307
Benefícios.....	1.623	84,2		3.180	8,3	3.337
FGTS.....	380	19,7		804	2,1	933
Outros.....	883	45,8		3.410	8,9	4.008
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições.....	(5.045)	(261,7)		(6.452)	(16,8)	(20.258)
Federais.....	(5.754)	(298,5)		5.060	13,2	18.842
Municipais.....	709	36,8		1.392	3,6	1.416
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	3.346	173,6		6.559	17,1	5.959
Aluguéis.....	2.899	150,4		5.741	15,0	5.257
Arrendamento de Bens.....	447	23,2		818	2,1	702
9.4) Remuneração de Capitais Próprios.....	(4.082)	(211,7)		(8.232)	(21,5)	(20.713)
Dividendos.....	-	-		78	0,2	197
Lucros Retidos/(Prejuízo) Absorvido.....	(4.082)	(211,7)		8.154	21,3	20.516

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias			
Saldos em 30.6.2014	163.000	2.759	164.762		23		330.544
Aumento de Capital em Espécie.....	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(209)	-	-	(209)
Reversão dos Dividendos Propostos no 1º Semestre de 2014.....	-	-	39	-	-	-	39
Prejuízo.....	-	-	-	-	-	(4.082)	(4.082)
Destinações: - Reservas.....	-	(204)	(3.878)	-	-	4.082	-
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923		(186)		426.292
Saldos em 31.12.2012	149.000	13.204	155.604		115		317.923
Aumento de Capital com Reservas.....	14.000	(12.097)	(1.903)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	20.713	20.713
Destinações: - Reservas.....	-	1.036	19.480	-	-	(20.516)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(197)	(197)
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181		62		338.386
Aumento de Capital em Espécie.....	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Dividendos Declarados.....	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(248)	-	-	(248)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	8.232	8.232
Destinações: - Reservas.....	-	412	7.742	-	-	(8.154)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(78)	(78)
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923		(186)		426.292

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Classificação do cliente

Classificação do cliente	Período de atraso
A	de 15 a 30 dias.....
B	de 31 a 60 dias.....
C	de 61 a 90 dias.....
D	de 91 a 120 dias.....
E	de 121 a 150 dias.....
F	de 151 a 180 dias.....
G	superior a 180 dias.....
H	

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	2.972	1.116
Total de disponibilidades (caixa)	2.972	1.116
Aplicações no mercado aberto (1).....	319.879	408.805
Total de caixa e equivalentes de caixa	322.851	409.921

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 90 dias	Total
	2014	2013
Aplicação no mercado aberto:		
Posição bancada.....	319.879	319.879
Letras do tesouro nacional.....	319.879	319.879
Total em 2014	319.879	319.879
Total em 2013	408.805	408.805

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada.....	42.302	37.311
Total (Nota 6b)	42.302	37.311

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2014					2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda									
Ações.....	70	-	-	-	70	96	(26)	58	(38)
Letras financeiras do tesouro.....	-	33	-	293.941	293.974	294.252	(278)	152.339	142
Letras do tesouro nacional.....	59	-	-	446	505	517	(12)	192	(1)
Notas do tesouro nacional.....	-	201	-	121	322	316	6	256	1
Certificados de depósito bancário.....	-	-	3.334	-	3.334	3.334	-	4.964	-
Total em 2014.....	129	234	3.334	294.508	298.205	298.515	(310)	157.809	104
Total em 2013.....	58	20.591	49.307	87.853				157.809	104

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ (186) mil (2013 - R\$ 62 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	42.302	37.311
Títulos de renda fixa.....	18.077	10.709
Títulos de renda variável.....	(273)	(271)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(10)	(14)
Total.....	60.096	47.735

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso anormal						Total (A)			
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2014	%	2013	%	
Financiamentos.....	-	4	-	-	2	6	14,6	12	29,3	
Outros créditos (1).....	1	1	-	12	21	35	85,4	29	70,7	
Total em 2014.....	1	5	-	12	23	41	100,0	41	100,0	
Total em 2013.....	2	2	-	17	20			41	100,0	

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

Operações de crédito	Curso normal						Total geral (A+B)			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	2014	%	2013	%	2014	%	2013	%
Financiamentos.....	-	15.925	15.925	100,0	10.033	100,0	15.931	99,8	10.045	99,7
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	35	0,2	29	0,3
Total em 2014.....	-	15.925	15.925	100,0	-	-	15.966	100,0	10.074	100,0
Total em 2013.....	-	10.033	-	-	10.033	100,0	-	-	10.074	100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco										Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2014	%	2013	%
Financiamentos.....	332	15.593	-	4	-	-	-	-	2	15.931	99,8	10.045	99,7
Outros créditos (1).....	-	-	1	-	-	1	5	7	21	35	0,2	29	0,3
Total em 2014.....	332	15.593	1	4	-	1	5	7	23	15.966	100,0	29	0,3
%.....	2,1	97,7	-	-	-	-	-	-	0,2	100,0			
Total em 2013.....	326	9.707	2	2	-	6	11	-	20			10.074	
%.....	3,2	96,4	-	-	-	0,1	0,1	-	0,2			100,0	

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor.....	5.627	35,2	3.035	30,1
Dez maiores devedores.....	11.337	71,0	6.175	61,3
Vinte maiores devedores.....	12.404	77,7	7.157	71,0
Cinquenta maiores devedores.....	13.969	87,5	8.449	83,9
Cem maiores devedores.....	15.110	94,6	9.449	93,8

d) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
Indústria.....	1	-	-	-
Comércio.....	47	0,3	84	0,8
Serviços.....	5.648	35,4	45	0,5
Pessoa física.....	10.270	64,3	9.945	98,7
Total.....	15.966	100,0	10.074	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso				Provisão requerida				
	Normal	Anormal	Total	%	Genérica	Específica	2014	2013	
AA.....	332	-	332	2,1	-	-	-	-	-
A.....	15.593	-	15.593	97,7	78	-	78	49	0,50
B.....	-	1	1	-	-	-	-	-	1,00
C.....	-	4	4	-	-	-	-	-	3,00
Subtotal.....	15.925	5	15.930	99,8	78	-	78	49	
D.....	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00
E.....	-	1	1	-	-	-	-	2	30,00
F.....	-	5	5	-	-	-	3	5	50,00
G.....	-	7	7	-	-	-	5	5	70,00
H.....	-	23	23	0,2	-	-	23	21	100,00
Subtotal.....	-	36	36	0,2	-	31	31	28	
Total em 2014.....	15.925	41	15.966	-	78	31	109	77	
%.....	99,8	0,2	100,00	71,6	28,4	100,00			
Total em 2013.....	10.033	41	10.074	49	28			77	
%.....	99,6	0,4	100,00	100,00	63,6	36,4		100,00	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Saldo inicial.....	77	235
Constituição de provisão.....	226	235
Baixas para prejuízo.....	(194)	(393)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....	109	77
Provisão específica (1).....	31	28
Provisão genérica (2).....	78	49
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....	200	168
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3).....	190	403

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2014	2013	2014	2013
Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....	108.491	82.963	338.391	272.655
Caixa de registro e liquidação.....	51.973	-	38.287	51.620
Comissões e corretagens a pagar.....	-	-	1.379	1.498
Total.....	160.555	83.054	378.149	325.847

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração.....	98	100
Comissões e corretagens.....	91	79
Dividendos a receber.....	1	-
Total.....	190	179

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósito em garantia....	9.458	3.977
Créditos tributários (Nota 25c).....	6.943	3.039
Impostos e contribuições a compensar	6.012	2.164
Títulos e créditos a receber.....	35	29
Adiantamentos e antecipações salariais	28	46
Devedores diversos.....	24	2.829
Outros.....	-	30
Total.....	22.500	12.114

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Lucro líquido ajustado		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Ágora Educacional Ltda.	1.574	1.712	80	1.574	99,999936	1.712	1.633	80	15

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos referem-se basicamente a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA no montante de R\$ 898 mil (2013 - R\$ 898 mil).

continua...

...continuação



ÁGORA
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
Imobilizado de uso:				
- Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.531	(3.961)	570
- Sistema de segurança e comunicação	10%	1.227	(953)	274
- Sistema de processamento de dados	20%	9.235	(3.937)	5.298
Total em 2014		14.993	(8.851)	6.142
Total em 2013		10.011	(7.863)	2.148

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por *software* e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 5.496 mil (2013 - R\$ 4.177 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 4.337 mil (2013 - R\$ 2.601 mil).

14) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2014	2013
Carteira livre movimentação - títulos públicos		2.463	2.613
Total em 2014		2.463	2.613
Total em 2013		2.613	2.613

Despesas com operações de captações no mercado

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Captações no mercado aberto	277	95
Total	277	95

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
No início do exercício de 2014	781	-	28
Constituições líquidas de reversões e baixas	43	724	(28)
Atualização monetária	-	12	-
Pagamentos	(276)	-	-
No final do exercício de 2014 (Nota 16)	548	736	

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013, o principal processo com esta classificação refere-se ao PIS e COFINS, que deixaram de ser recolhidos com base em decisão final favorável obtida na AO 2005.51.01.011843-0, porém exigidos pela RFB sob alegação de que as receitas financeiras compõem a base de cálculo dessas contribuições. Nos meses de julho e novembro de 2014, a Instituição aderiu à processos de anistia, conforme artigo 93º da Lei nº 12.973/14, que reabriu o prazo para pagamentos e parcelamentos de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13, relativos à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, cujo impacto líquido no resultado, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 37.630 mil, registrado em outras despesas operacionais.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições a recolher	1.088	785
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c)	125	42
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	7.532
Provisões para riscos fiscais (Nota 15b - IV)	-	28
Total	1.213	8.387

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para pagamentos a efetuar	1.870	1.929
Provisões cíveis (Nota 15b - IV)	736	736
Provisões trabalhistas (Nota 15b - IV)	548	781
Outras (1)	4.876	4.942
Total	8.030	7.652

(1) Refere-se à participação de empregados nos lucros.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 263.000 mil (2013 - R\$ 163.000 mil) é representado por 13.674.157 (2013 - 10.465.021) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013	10.465.021	163.000
Aumento de capital - AGE de 28.11.2014 (1)	3.209.136	100.000
Em 31 de dezembro de 2014	13.674.157	263.000

(1) Em 1º de dezembro de 2014, foi homologada pelo BACEN, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.11.2014, deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 100.000 mil, elevando-o de R\$ 163.000 mil para R\$ 263.000 mil, mediante a emissão de 3.209.136 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	163.478	175.324
- Reserva legal (1)	2.555	2.143
- Reserva estatutária (2) (3)	160.923	173.181

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 30 de abril de 2014, deliberou-se provisionar dividendos no montante de R\$ 20.000 mil, com a utilização de parte do saldo da rubrica "Reservas de Lucros - Estatutária", cujo pagamento será realizado até 31.12.2015.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido	8.232	20.713
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(412)	(1.036)
Base de cálculo	7.820	19.677
Dividendos propostos	78	197
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	5,70	18,82

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de corretagens de operações em bolsas	49.649	51.684
Comissão de intermediação de ações	6.143	5.548
Rendas de serviços de custódia	4.488	3.921
Taxa de administração	1.613	1.526
Comissões de colocação de títulos	159	662
Total	62.052	63.341

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos	9.693	10.307
Participação dos empregados nos lucros	3.295	3.431
Benefícios	3.180	3.337
Encargos sociais	3.045	3.382
Treinamentos	72	-
Provisões trabalhistas	43	-
Outras	1	577
Total	19.329	21.034

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços do sistema financeiro	25.926	22.623
Processamento de dados	10.457	11.236
Aluguéis	5.741	5.257
Comunicação	4.575	5.681
Serviços técnicos especializados	3.186	3.960
Depreciações e amortizações	2.727	2.156
Propaganda, promoções e publicidade	2.075	2.257
- Materiais, água, energia e gás	940	967
- Arrendamento de bens	818	702
- Serviços de terceiros	505	576
- Manutenção e conservação de bens	489	556
- Viagens	249	223
- Transporte	77	67
- Outras	654	583
Total	58.419	56.844

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição à COFINS	5.179	2.534
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.391	1.416
Contribuição ao PIS	842	411
Outras	143	189
Total	7.555	4.550

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Variações monetárias ativas	742	171
Multas	96	370
Reversão de outras provisões operacionais	45	25
Outras	82	3
Total	965	569

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Tributos anistiados (1)	37.630	-
Doações e patrocínios	1.000	305
Provisões cíveis	736	-
Outros (2)	701	644
Total	40.067	949

(1) Refere-se ao principal, multa e juros de débitos, quitados através da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13 e prorrogado pelas Leis nºs 12.973/14 e 13.043/14; e

(2) Refere-se, basicamente, R\$ 673 mil (2013 - R\$ 639 mil) a perdas com clientes.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas

com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
Ativos (passivos)			Receitas (despesas)	Receitas (despesas)

Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. ...	2.077	677	-	-
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A. ...	319.879	408.805	42.302	37.311
Títulos e valores mobiliários:				
Banco Bradesco S.A. ...	3.334	-	371	-
Dividendos:				
Banco Bradesco				
BBI S.A.	(20.275)	(197)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2013 - R\$ 25 mil) para remuneração dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.887	33.972
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.955)	(13.589)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	32	6
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	5.568	(227)
Outros valores	(300)	551
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.345	(13.259)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(434)	(13.782)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	186	523
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	1.347	-

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e

orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

cas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Economia&Finanças

COMÉRCIO

Brasil e EUA devem aprofundar diálogo econômico-financeiro

Brasil e Estados Unidos comprometeram-se ontem a aprofundar o diálogo econômico-financeiro. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o subsecretário de Assuntos Internacionais do Tesouro dos Estados Unidos, Nathan Sheets, participaram de encontro que definiu os rumos do debate econômico entre os dois países.

A reunião também teve a participação do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Luis Balduino, e de representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Banco Central.

O Ministério da Fazenda, no entanto, não informou detalhes sobre os pontos discutidos, apenas que o encontro debateu as condições macroeconômicas dos dois países, os desafios e as perspectivas das políticas econômicas brasileiras e norte-americanas, a situação da economia global e assuntos tributários.

Essa foi a quinta reunião entre representantes da área econômica do Brasil e dos Estados Unidos desde que os dois países constituíram um canal permanente de diálogo econômico-financeiro.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

EDGAR DA SILVA RAMOS, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 6261-8, CRE-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 156.899.567-91, DECLARA sua intenção de exercer cargo de administração na **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.** (CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04) e que preenche as condições estabelecidas no art. 2º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012. ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 730, 19º andar
Centro – 20.071-900 – Rio de Janeiro, RJ
Rio de Janeiro, 9 de março de 2015.

EDITAL DE PÚBLICO LEILÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO.

Pelo presente Edital de 1º e 2º Leilão/Praça, Notificação e Intimação, com o prazo de 10 (dez) dias, **JOSIMAR DE AZEVEDO SANTOS**, Leiloeiro Público Oficial, CPF nº 298.160.847-91, matriculado na JUCERJA sob nº 81, comunica e torna público que, devidamente autorizado por **BANCO SANTANDER BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, estabelecido à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 – bloco A – Bairro Vila Olímpia – São Paulo – S.P., na qualidade de Credor Fiduciário, venderá na forma preconizada na Lei 9.514 de 20/11/97, com as alterações da Lei 10.031 de 02/08/2004 e nos termos do Contrato de financiamento de bem imóvel com garantia de alienação fiduciária, celebrado com **LINDALVA DE MENDONÇA ALVES**, brasileira, administradora, divorciada, identidade nº 00143213630-CNH – DETRAN/RJ, CPF nº 026.238.477-97, residente e domiciliada nesta cidade, no estado em que se encontra, no dia **30/03/2015, às 17:00h**, na Av. Treze de Maio, nº 13 – sala 1801 – Cinelândia – Centro – Rio de Janeiro – RJ, em 1º Público Leilão, por preço não inferior ao previsto no § 1º do Art. 27 da Lei nº 9.514 de 20/11/97, que nesta data importa em **R\$ 427.000,00** (quatrocentos e vinte e sete mil reais), o imóvel caracterizado como: **PREDIO situado na RUA JOÃO REGO, nº 90, -Olarria-** e respectivo terreno que mede na totalidade: 8,15m de frente, 8,10m de fundos, por 37,25m de extensão do lado direito e 35,90m do lado esquerdo, confrontando à direita com o prédio nº 94, à esquerda com o prédio nº 88 e com os prédios de nºs 17 e 31 da Rua Aurélio Garcindo, e nos fundos com o prédio de nº 37 da Rua Aurélio Garcindo - Rio de Janeiro - RJ, conforme descrito na matrícula nº 58434-A do Cartório do 6º Serviço Registral de Imóveis da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que a propriedade foi consolidada em nome da Credora Fiduciária em 10/03/2015, conforme averbação na supramencionada matrícula. Se não encontrado o valor acima referido, desde já fica designado o dia **01/04/2015**, no mesmo horário e local para a venda em 2º Público Leilão do imóvel, conforme trata o § 2º do art. 27 da Lei 9.514/97. Eventuais recursos judiciais necessários para a desocupação serão suportados pelo arrematante. Ficam cientes os interessados na aquisição, que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato e integral do preço, acrescido de 5% de comissão devida ao Leiloeiro. Será ainda encargo do arrematante as despesas efetuadas com os leilões, as despesas com transferências (ITBI, RGI, Escrituras, Certidões), e demais impostos ou qualquer outra inerente à unidade arrematada. Rio de Janeiro, 16 de março de 2015. (ass.) Josimar de Azevedo Santos - Leiloeiro Público Oficial.

MONTADORAS

Mercedes abre novo PDV na fábrica de São Bernardo

CLEIDE SILVA/AE

A fabricante de caminhões e ônibus Mercedes-Benz abriu mais um Programa de Demissão Voluntária (PDV) na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. O alvo principal são os cerca de 750 trabalhadores que estão em lay-off (suspensão temporária dos contratos de trabalho), mas o benefício oferecido é extensivo a todos os trabalhadores da fábrica, que emprega cerca de 11 mil pessoas. Além do pessoal do lay-off, a empresa alega ter mais 1,2 mil trabalhadores excedentes, num total de 1.950.

Nesse novo PDV, o segundo em três meses, a Mercedes oferece, além dos direitos normais da rescisão, salário extra de R\$ 28,5 mil, independente do tempo de trabalho. Para os funcionários em lay-off, o valor sobe para R\$ 35 mil.

O programa, negociado com

o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi aberto na terça-feira e termina no dia 31. O pacote anterior, aberto de novembro a dezembro, obteve 100 adesões. O diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Mercedes, Luiz Carlos Gomes de Moraes, afirma que o novo pacote de incentivo a saídas "é para gerenciar excesso de pessoal, incluindo aqueles que estão em lay-off". A montadora vem adotando seguidas medidas de corte de produção desde abril.

Ao longo do ano passado, a montadora abriu dois PDVs, operou em semana reduzida de trabalho, deu 25 dias de folgas coletivas, um mês de férias no fim do ano e colocou 750 trabalhadores em lay-off por cinco meses a partir de julho. Vencido o prazo, renovou o programa, assumindo o pagamento integral dos salários.

Na primeira fase do lay-off, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) contribuiu com parte

dos salários (R\$ 1,3 mil para cada funcionário). A prorrogação do lay-off termina no fim de abril. A Mercedes também tem 170 funcionários em lay-off na fábrica de Juiz de Fora (MG), mas, para essa unidade, por enquanto não há previsão de um PDV, informa Moraes.

Vendas

No ano passado, as vendas totais de caminhões no País caíram 11,3% em relação a 2013, somando 137 mil unidades. A Mercedes, sozinha, registrou queda de 6,8%, para 38,1 mil unidades.

Com o aprofundamento da crise econômica, a falta de confiança dos empresários e juros mais caros para o financiamento, a situação se agravou neste ano. No primeiro bimestre, as vendas totais despencaram 39,4%, para 12,8 mil caminhões. A Mercedes registrou redução de 40,6% em suas vendas (para 3 mil unidades).

Outras fabricantes do setor também enfrentam dificuldades. A MAN Latin América, depois de colocar trabalhadores em lay-off e abrir PDV, opera atualmente com jornada e salários reduzidos na fábrica de Resende (RJ). A Ford tem 420 funcionários da fábrica de caminhões e automóveis de São Bernardo em banco de horas por tempo indeterminado. Scania e Iveco deram férias coletivas e a Volvo demitiu 206 pessoas em dezembro.

Fabricantes de automóveis também operam com medidas de corte de produção. O lay-off, por exemplo, é adotado pela General Motors nas fábricas de São Caetano do Sul e de São José dos Campos (SP), e pela Ford em Taubaté (SP). Outras marcas, como a Volkswagen, têm pessoal em férias coletivas. A indústria automobilística demitiu 12,5 mil trabalhadores em 2014 e 2,2 mil no primeiro bimestre deste ano.

Fiat-Chrysler investe para concorrer com o EcoSport

Em menos de três meses, o grupo Fiat-Chrysler abriu no País 75 revendas da marca Jeep como parte da estratégia de tentar alçar o Renegade à liderança do mercado nacional dos utilitários-esportivos (SUV) de pequeno porte. Se atingir a meta, vai desbancar o Ford EcoSport, que ocupa o posto há dez anos.

O modelo começou a ser produzido na fábrica do grupo em Goiana (PE) e chegará ao mercado em 10 de abril. Somando as 45 lojas da marca Chrysler que já operavam no

País, o grupo conta com 120 revendas e espera chegar a 200 até o fim do ano.

Segundo Sérgio Ferreira, diretor geral da Chrysler Brasil, a abertura dessa rede representou investimentos de R\$ 240 milhões (R\$ 2 milhões por loja, em média) e a criação de 1.500 postos de trabalho.

"O Brasil é o segundo maior mercado do mundo para a marca Fiat-Chrysler, atrás apenas dos Estados Unidos", diz Ferreira, ao justificar, em parte, a aposta da empresa no mercado brasi-

leiro mesmo em tempos de crise, quando as vendas de veículos desabam.

Ele ressalta que, apesar do cenário desfavorável para o mercado automotivo como um todo, as projeções são de crescimento de 40% a 50% no segmento de SUVs compactos neste ano, frente às 135 mil unidades comercializadas em 2014. O número representa 45% das vendas totais de utilitários no ano passado, incluindo os modelos de médio e grande porte.

A aposta da Fiat-Chrysler é que até 2018 o segmento de

SUVs pequenos venda 328 mil unidades por ano. Outras marcas apostam no segmento e farão forte concorrência ao Renegade, que deve custar a partir de R\$ 70 mil. A Honda também iniciou este mês a produção do HR-V na fábrica de Sumaré (SP), assim como a Peugeot, que entrou no páreo com o 2008 em Porto Real (RJ). Ferreira diz que a marca já tem 20 mil inscritos para comprar as primeiras unidades do Renegade e não revela, por enquanto, os planos de venda do modelo para o ano todo.